



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE – TJRN

EDITAL Nº 2/2023

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO QUADRO DE PESSOAL DO TJRN, E CADASTRO DE RESERVA.

**ESPELHOS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS**

FGV CONHECIMENTO

**Analista Judiciário - Administrativa - Contabilidade**

**Questão 01**

|  |           |
|--|-----------|
| Item A: 5,25 pontos, sendo 1,75 pontos para cada item apresentado adequadamente; considerar acertos parciais com 50% da pontuação. | 5.25      |
| Item B: 6 pontos, sendo 2,0 pontos para cada item apresentado adequadamente; considerar acertos parciais com 50% da pontuação.     | 6.00      |
| Item C: 3 pontos, sendo 1,5 pontos para cada item apresentado adequadamente; considerar acertos parciais com 50% da pontuação.     | 3.00      |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.  | 0.75      |
| <b>Nota da Questão 01</b>  | <b>15</b> |

**Questão 02**

|  |           |
|--|-----------|
| Item A: 5,25 pontos, sendo 1,75 pontos para cada item apresentado adequadamente; considerar acertos parciais com 50% da pontuação. | 5.25      |
| Item B: 6 pontos, sendo 2,0 pontos para cada item apresentado adequadamente; considerar acertos parciais com 50% da pontuação.     | 6.00      |
| Item C: 3 pontos, sendo 1,5 pontos para cada item apresentado adequadamente; considerar acertos parciais com 50% da pontuação.     | 3.00      |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.  | 0.75      |
| <b>Nota da Questão 02</b>  | <b>15</b> |

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE – TJRN****EDITAL Nº 2/2023**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO QUADRO DE PESSOAL DO TJRN, E CADASTRO DE RESERVA.

**ESPELHOS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS****FGV CONHECIMENTO****Analista Judiciário - Apoio Especializado - Arquivologia****Questão 01**

|  |      |
|--|------|
| Item A: A resposta apresentada deve atender ao pedido, esclarecendo o que é a CPAD e quais são suas atribuições. Além de apresentar o conceito, cada atribuição apresentada recebe 1 ponto, até o valor total. | 4.00 |
| Item B: A resposta apresentada deve atender ao pedido, esclarecendo qual deve ser a composição da CPAD. Além de apresentar o conceito, cada membro apresentado recebe 1 ponto, até o valor total.              | 3.25 |
| Item C: A resposta apresentada deve atender ao pedido, esclarecendo quais devem ser os critérios de avaliação dos documentos. Cada critério apresentado recebe 1 ponto, até o valor total.                     | 3.00 |
| Item D: A resposta apresentada deve atender ao pedido, apresentando os instrumentos de avaliação. Cada instrumento apresentado recebe 1 ponto, até o valor total.  | 4.00 |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.  | 0.75 |

**Nota da Questão 01****15****Questão 02**

|   |      |
|---|------|
| Item A: A resposta apresentada deve atender ao pedido, esclarecendo em que consiste o levantamento preliminar. Além de apresentar o conceito, a apresentação de exemplos conta 1 ponto cada, até o total.           | 3.50 |
| Item B: A resposta apresentada deve atender ao pedido, esclarecendo em que consistem as análises. Além de apresentar o conceito, a apresentação de exemplos conta 0,75 ponto cada, até o total de.                  | 3.50 |
| Item C: A resposta apresentada deve atender ao pedido, esclarecendo em que consistem as exigências a serem cumpridas. Além de apresentar o conceito, a apresentação de exemplos conta 0,75 ponto cada, até o total. | 3.50 |
| Item D: A resposta apresentada deve atender ao pedido, esclarecendo em que consiste a avaliação. Além de apresentar o conceito, a apresentação de exemplos conta 1 ponto cada, até o total.                         | 3.75 |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.   | 0.75 |

**Nota da Questão 02****15**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE – TJRN****EDITAL Nº 2/2023**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO QUADRO DE PESSOAL DO TJRN, E CADASTRO DE RESERVA.

**ESPELHOS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS****FGV CONHECIMENTO****Analista Judiciário - Apoio Especializado - Biblioteconomia****Questão 01**

|   |      |
|---|------|
| Conhecimento:<br>O candidato deve demonstrar conhecimento e domínio teórico e prático a respeito do assunto/tema.   | 2.50 |
| Atendimento:<br>A resposta deve ser exata, como se o candidato fosse o bibliotecário do Tribunal, referenciando uma publicação do próprio Tribunal.   | 0.75 |
| Normalização:<br>A resposta deve estar de acordo com as especificações da NBR 6023 e do AACR2R (conforme indicado na norma, envolvendo:<br>a) entrada,<br>b) indicação e sequência dos elementos,<br>c) identificação da fonte de informação (link e data de acesso). | 6.00 |
| Padronização:<br>O candidato deve demonstrar o uso correto dos padrões, envolvendo: a) arranjo do texto,<br>b) justificação, c) espaçamento, d) destaque, e) pontuação.   | 5.00 |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem e coerência da exposição,.  | 0.75 |

**Nota da Questão 01****15****Questão 02**

|   |      |
|---|------|
| Conhecimento:<br>O candidato deve demonstrar conhecimento e domínio teórico e prático a respeito do catálogo biobibliográfico.  | 2.50 |
| Atendimento:<br>A resposta deve ser exata, indicando que o candidato, como bibliotecário do Tribunal, está apto a desenvolver instrumentos de controle essencial para o processamento bibliográfico.  | 0.75 |
| Normalização:<br>A resposta deve estar de acordo com fontes específicas de catalogação, que tratam das funções e forma do catálogo biobibliográfico, descrevendo a indicação dos seguintes elementos:<br>a) cabeçalho autorizado;<br>b) título abreviado do item afim à autoridade;<br>c) citações das fontes consultadas para padronização da autoridade; remissivas e, eventualmente, notação de autor, além de esclarecer sobre a sinalização do resultado das pesquisas (vvd ou xxd ou zero). | 6.00 |
| Padronização:<br>O candidato deve indicar as fontes que fundamentam a compilação do catálogo biobibliográfico da biblioteca, tais como: a) o código de catalogação adotado; e<br>b) o catálogo de autoridades da Biblioteca Nacional.   | 5.00 |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem e coerência da exposição,.  | 0.75 |

**Nota da Questão 02****15**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE – TJRN****EDITAL Nº 2/2023**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO QUADRO DE PESSOAL DO TJRN, E CADASTRO DE RESERVA.

**ESPELHOS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS****Analista Judiciário - Apoio Especializado - Psicologia****Questão 01**

|   |           |
|---|-----------|
| Sigilo<br>Apontar as hipóteses previstas na legislação para a quebra do sigilo.<br>Art. 2º CEPP ou Art. 5º ECA<br>Art. 10 CEPP  | 5.00      |
| Atendimento de adolescentes<br>Apontar as hipóteses previstas na legislação sobre o atendimento psicológico sem autorização do responsável legal.<br>Art. 8º CEPP<br>Art. 13 CEPP | 3.25      |
| Encaminhamentos<br>Apontar a previsão legal de encaminhamentos para a garantia de proteção integral.<br>Art. 13 ECA ou Art. 13 CEPP   | 3.00      |
| Deveres<br>Mencionar o dever do psicólogo de não se omitir nas hipóteses de violação de direitos.<br>Art. 4º ECA – parágrafo único ou Princípios fundamentais do CEPP e Art. 2º.  | 3.00      |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.   | 0.75      |
| <b>Nota da Questão 01</b>   | <b>15</b> |

**Questão 02**

|   |           |
|---|-----------|
| A guarda do registro documental é de responsabilidade do psicólogo e/ou da instituição em que ocorreu o serviço.  | 5.00      |
| O período de guarda deve ser de no mínimo cinco anos, podendo ser ampliado nos casos previstos em lei, por determinação judicial, ou ainda em casos específicos em que seja necessária a manutenção da guarda por maior tempo.                                  | 5.00      |
| O registro documental deve ser mantido em local que garanta sigilo e privacidade e à disposição dos Conselhos de Psicologia para orientação e fiscalização, de modo que sirva como meio de prova idônea para instruir processos disciplinares e à defesa legal. | 4.25      |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.   | 0.75      |
| <b>Nota da Questão 02</b>   | <b>15</b> |

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE – TJRN****EDITAL Nº 2/2023**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO QUADRO DE PESSOAL DO TJRN, E CADASTRO DE RESERVA.

**ESPELHOS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS****Analista Judiciário - Apoio Especializado - Serviço Social****Questão 01**

|  |           |
|--|-----------|
| O candidato deve conhecer o teor da Resolução CFESS nº 845, de 26 de fevereiro de 2018.  | 4.25      |
| O candidato deve discorrer sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com a população usuária de seus serviços. PEP. Relação com usuários. | 5.00      |
| O candidato deve citar ao menos um dos Princípios do Código de Ética do Assistente Social, relacionando-o à situação apresentada.                              | 5.00      |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.  | 0.75      |
| <b>Nota da Questão 01</b>  | <b>15</b> |

**Questão 02**

|   |           |
|---|-----------|
| O candidato deve demonstrar saber quais são as transformações ocorridas nos últimos trinta anos, notadamente no que diz respeito às políticas neoliberais.                              | 5.00      |
| O candidato deve demonstrar domínio do conceito de “questão social” e como ela se expressa na atualidade brasileira. Questão social. Como se expressa.                                  | 2.25      |
| O candidato deverá discorrer sobre as transformações ocorridas nos direitos sociais de cidadania, notadamente por meio das políticas sociais no Brasil.                                 | 3.50      |
| O candidato deve citar ao menos um dos impactos ocorridos no fazer profissional do assistente social, relacionando-o às transformações. Relacionar com o trabalho do assistente social. | 3.50      |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.   | 0.75      |
| <b>Nota da Questão 02</b>   | <b>15</b> |

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE – TJRN****EDITAL Nº 2/2023**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO QUADRO DE PESSOAL DO TJRN, E CADASTRO DE RESERVA.

**ESPELHOS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS****FGV CONHECIMENTO****Analista Judiciário - Apoio especializado - Pedagogia****Questão 01**

|  |      |
|--|------|
| a) O candidato receberá pontuação plena se: a) demonstrar correto reconhecimento da distinção entre o letramento e o letramento digital; b) demonstrar correto reconhecimento acerca da relação de analogia que há entre ambos como exigências básicas para a participação social.<br>2,5 pontos serão diminuídos do total caso o candidato apresente apenas distinções ou apenas semelhanças entre letramento e letramento digital.<br>2,5 pontos serão diminuídos do total caso o candidato apenas transponha os termos e as articulações sobre o tema utilizando os conteúdos apresentados no texto-base.<br>1,0 ponto será diminuído do total em função de imprecisão ou falta de clareza. | 7.50 |
| b) O candidato receberá pontuação plena se: a) fornecer um exemplo adequado de conhecimento ou habilidade; b) fornecer um exemplo adequado de situação da vida social em que esse conhecimento ou habilidade são necessários.<br>3,5 pontos serão diminuídos caso o candidato apenas forneça o exemplo de conhecimento ou habilidade; ou se o candidato apenas exemplificar uma situação de exclusão sem especificar o conhecimento ou habilidade cuja falta a produz.<br>1,0 ponto será diminuído do total em função de imprecisão ou falta de clareza.   | 6.75 |
| c) Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.   | 0.75 |

**Nota da Questão 01****15****Questão 02**

|   |      |
|---|------|
| O candidato receberá pontuação plena se:<br>i) identificar corretamente as dimensões a que correspondem a pedagogia e a didática;<br>ii) demonstrar entendimento sobre como as dimensões se complementam na prática da educação.<br>2,5 pontos serão diminuídos do total caso o candidato foque apenas nas diferenças ou apenas na indissociabilidade entre elas.<br>2,5 pontos serão diminuídos do total caso o candidato apenas transponha os termos e as articulações sobre o tema utilizando os conteúdos apresentados no texto-base.<br>1,0 ponto será diminuído do total em função de imprecisão ou falta de clareza. | 7.50 |
| O candidato receberá pontuação plena se: i) fornecer dois exemplos adequados de concepções didáticas ou pedagógicas, um para cada vertente segundo a proposição do autor.<br>O candidato receberá no máximo 3,5 pontos do total da questão caso forneça apenas um exemplo; ou caso dê conta de apenas uma das vertentes; ou caso apenas transponha o que já vem estabelecido no texto.<br>O candidato receberá no máximo 3,0 pontos caso apenas divague sobre o tema sem estabelecer os exemplos.<br>1,0 ponto será diminuído do total em função de imprecisão ou falta de clareza.   | 6.75 |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.   | 0.75 |

**Nota da Questão 02****15**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE – TJRN****EDITAL Nº 2/2023**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO QUADRO DE PESSOAL DO TJRN, E CADASTRO DE RESERVA.

**ESPELHOS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS****FGV CONHECIMENTO****Analista Judiciário - Judiciária - Direito****Questão 01**

|   |      |
|---|------|
| Ainda que a Lei estadual nº XX seja objeto de ambos os processos de controle concentrado de constitucionalidade, a competência do Supremo Tribunal Federal não é afetada pela ação ajuizada perante o Tribunal de Justiça, já que cada qual utiliza um paradigma de confronto distinto, que é analisado à luz das respectivas competências. | 4.00 |
| A declaração de inconstitucionalidade da Lei estadual nº XX, pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa:   | 0.25 |
| acarretará a falta de interesse de agir para o ajuizamento da ação perante o Supremo Tribunal Federal;  | 3.00 |
| ou a extinção, sem resolução de mérito, do processo correspondente à ação já ajuizada.  | 3.00 |
| Assim ocorre porque a declaração de inconstitucionalidade da Lei estadual nº XX importa no reconhecimento de sua invalidade e consequente nulidade, o que significa dizer que não mais subsiste na ordem jurídica, não podendo ser objeto de novo controle de constitucionalidade.  | 4.00 |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.   | 0.75 |

**Nota da Questão 01****15****Questão 02**

|   |      |
|---|------|
| 1. Qualificação jurídica do direito ao nome<br>Natureza jurídica<br>Justificativa legal<br>Densidade constitucional do direito ao nome, assimilado pela dignidade humana  | 2.50 |
| 2. Princípio da imutabilidade do nome<br>Definição do conceito<br>Justificativa legal<br>Existência de mitigações jurisprudenciais e doutrinárias   | 4.25 |
| 3. Decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da alteração do registro civil de pessoas transexuais<br>Decisão da Suprema Corte em sede de Ação Direta de Constitucionalidade e de Repercussão Geral (não é necessário referir especificamente os precedentes, apenas mencionar sua existência)<br>Referência a seus fundamentos, ponderando os princípios envolvidos | 4.50 |
| 4. Resposta ao pedido de Maria dos Santos<br>Resposta positiva ao pedido de Maria dos Santos<br>Articulação dos conceitos antes expostos  | 3.00 |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.   | 0.75 |

**Nota da Questão 02****15**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE – TJRN****EDITAL Nº 2/2023**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO QUADRO DE PESSOAL DO TJRN, E CADASTRO DE RESERVA.

**ESPELHOS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS**

FGV CONHECIMENTO

**Analista Judiciário - Apoio especializado - História ou Museologia****Questão 01**

|  |           |
|--|-----------|
| Formação de acervo<br>Coleta por pesquisa científica.  | 1.00      |
| Formação de acervo<br>Permuta com outras instituições ou compra.   | 1.00      |
| Formação de acervo<br>Doação.  | 1.00      |
| Formação de acervo<br>Política de aquisição por doação.  | 1.00      |
| Documentação museológica<br>I. Registro dos materiais incorporados ao acervo;<br>II. Ferramenta de controle de localização e movimentação dos itens;<br>III. Tratamento específico, conforme a natureza;<br>IV. Higienização sistemática dos materiais.  | 2.00      |
| Documentação museológica<br>Livro de registro ou tomo seguirá essas linhas gerais: número de ordem, nome do objeto, data do objeto, data da entrada no acervo, forma de aquisição, nome do doador (se necessário), origem e procedência.   | 2.00      |
| Documentação museológica<br>Para as fichas catalográficas é recomendada a descrição exaustiva das peças por suas características intrínsecas (propriedades físicas, como composição material, formato, dimensões, cor, imagens, texto) e extrínsecas (função e significado, uso, histórico, conservação e restauração), acompanhados de registro fotográficos. O mesmo pode ser feito por meio de banco de dados, que indexa o objeto por suas características em separado.  | 2.25      |
| Documentação museológica<br>Recuperação de informação.   | 1.00      |
| Documentação museológica<br>Catálogo, dossiê e outros relacionados à trajetória da peça, desde antes de sua incorporação ao acervo.  | 1.00      |
| Reserva técnica<br>Na sequência, os objetivos seguirão para a reserva técnica que deve observar diversas regras de mobiliário, acondicionamento, higienização, controle ambiental e de pragas, localização, segurança e acesso restrito. A reserva técnica é o lugar de guarda do acervo, que não está em exposição. Devem ser seguros e protegidos contra incêndios, inundações e outros riscos. Mesmo não estando em exposição, as peças da reserva técnica devem estar disponíveis ao público para consulta e pesquisa. | 2.00      |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.  | 0.75      |
| <b>Nota da Questão 01</b>  | <b>15</b> |

**Questão 02**

|   |      |
|---|------|
| 1. Identificar os agentes de risco que afetam os museus:<br>1.1. Fogo/Incêndio<br>1.2. Água<br>1.3. Força Física<br>1.4. Furto/ Roubo ou vandalismo   | 3.25 |
| 2. Detectar as possíveis causas e danos ao acervo a partir das ações dos agentes de risco identificados:<br>2.1. Fogo/ Incêndio. Possíveis causas: Falta de manutenção do sistema elétrico; utilização inadequada de equipamentos que emitem calor ou sobrecarga de energia; falta de sistema de detecção e alarme contra incêndio; falta de extintores e/ou fora da validade; falta de equipe capacitada para o combate contra incêndio; falta de manutenção preventiva no edifício e nos equipamentos; não conhecer a natureza do acervo e dos edifícios, de modo a prevenir sobre materiais combustíveis e inflamáveis. Os danos pelo fogo são de perda severa ou total do acervo e do edifício, como queima total ou parcial; deformações, deposição de fuligem etc.<br>2.2. Água. Possíveis causas: Infiltrações, vazamentos e rompimentos de tubulações, inundações; enchentes; descuido e falta de manutenção do sistema hidráulico; problemas no sistema de climatização ou de ar condicionado; problemas no telhado; portas e janelas danificadas. Os danos pela água são: deformação, manchas, mofo, desintegração, proliferação de pragas, enfraquecimento e corrosão. | 6.00 |



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE – TJRN

### EDITAL Nº 2/2023

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO QUADRO DE PESSOAL DO TJRN, E CADASTRO DE RESERVA.

## ESPELHOS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS

FGV CONHECIMENTO

|  |           |
|--|-----------|
| <p>2.3. Força física. Possíveis causas: Danos por ação mecânica, como choque, queda, tensão. Possíveis causas: transporte e manuseio incorreto; guerra; vandalismo.</p> <p>2.4. Furto/roubo ou vandalismo. Possíveis causas: Crimes de oportunidade ou atos predeterminados; dano intencional causado por vandalismo e pichações de obras de artes e prédios históricos; negligência ou deficiência na segurança; falta de capacitação do pessoal; situação política e social em conflitos; guerras. Os danos são: perda total ou parcial, destruição ou desfiguração de objetos.</p>  |           |
| <p>3. Bloquear é impedir o surgimento e a propagação dos agentes de risco, criando barreiras físicas ou mecânicas. No caso de situação de emergência, bloquear significa tomar ações eficazes para impedir a deterioração do acervo.</p> <p>3.1. Contra a ação do fogo: são utilizados como bloqueio da ação do fogo: mobiliário adequado para a guarda de acervos com material corta-fogo; barreiras corta-fogo; embalagens e armazenamento adequado de acervo inflamável; sistema e combate a incêndio; brigada de incêndio; detectores de calor e de fumaça; sistemas de alarmes; manutenção e sinalização de extintores; capacitação constante de equipes; plano de emergência e evacuação do prédio; manutenção constante dos sistemas elétricos; alarme e conexões com centrais de segurança, corpo de bombeiros e polícia.</p> <p>3.2. Contra a ação da água: são utilizados como bloqueio da ação da água: mobiliário adequado para a guarda de acervos com material corta-umidade; vedação de armários e vitrines; proteção de janelas e portas contra água da chuva; limpeza e manutenção de calhas e o telhado; embalagens e armazenamento adequados do acervo; sistema de climatização em perfeita operação; monitoramento e capacitação constantes das equipes; plano de emergência e evacuação do prédio; medidores e umidade relativa do ar nos espaços de guarda e exposição; manutenção constante dos sistemas hidráulicos; manter as estantes e mobiliários das reservas distantes das paredes para evitar umidade, além de longe do encanamento.</p> <p>3.3. Contra danos causados por força física, furto/roubo ou vandalismo são utilizados como bloqueio: proteção de janelas e portas; instalação de fechaduras, travas, grades, cadeados e barras de segurança em portas e janelas externas; instalação de barreiras físicas, como cordões, fitas etc., para bloquear a circulação de usuários em áreas de maior vulnerabilidade; acesso restrito em áreas de reserva técnica.</p> | 3.00      |
| <p>4. Responder e recuperar é conter ou eliminar os danos sofridos pelo acervo após a ação de um ou mais agentes de risco, principalmente em casos de emergência.</p> <p>4.1. Para ações de incêndio e alagamentos: chamar os bombeiros, Defesa Civil e forças de segurança local; resgate de pessoas e do acervo; higienização/limpeza; restauração do acervo atingido.</p> <p>4.2. Para ações de roubo ou vandalismo: registrar ocorrência na Polícia Civil da cidade; divulgar informações para os órgãos competentes; inscrição na lista de bens culturais desaparecidos da Interpol; recuperação dos objetos roubados ou furtados; restauração de objetos atingidos por vandalismo ou por queda e força física ou qualquer dano por força mecânica.</p>   | 2.00      |
| <p>Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.</p>   | 0.75      |
| <b>Nota da Questão 02</b>  | <b>15</b> |



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE – TJRN

EDITAL Nº 2/2023

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO QUADRO DE PESSOAL DO TJRN, E CADASTRO DE RESERVA.

### ESPELHOS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS

FGV CONHECIMENTO

#### Oficial de Justiça - Judiciária - Direito

##### Questão 01

Tratar adequadamente da lei genuinamente processual no tempo, citando a aplicação imediata desta. As normas estritamente processuais dizem respeito, única e exclusivamente, ao procedimento penal. Efeito prático: nas hipóteses envolvendo conflito de leis no tempo, aplica-se o brocardo “tempus regit actum”. A lei processual terá aplicação imediata, ressalvados os atos praticados na vigência da legislação anterior. Em matéria processual penal, aplica-se a lei vigente por ocasião da prática do ato, ainda que o fato perseguido seja anterior. Nesse sentido, cite-se o Art. 2º do CPP, o qual prevê que a lei processual aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

2.00

Tratar adequadamente da lei processual híbrida no tempo, citando a aplicabilidade dos princípios reitores do conflito de leis no tempo do Direito Penal. As normas processuais mistas (normas processuais com relevantes características penais) são aquelas que repercutem, diretamente, no direito de punir do Estado. Em razão da proximidade com o direito de punir estatal, as normas processuais mistas estão sujeitas aos princípios penais quando do conflito das leis no tempo, quais sejam: irretroatividade da lei mais severa e retroatividade da lei mais benigna. Nesse sentido, cite-se o Art. 5º, XL, da Constituição Federal, ao estabelecer que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

2.00

Definir a natureza da ação penal no crime de estelionato, antes e após a mudança promovida pela Lei nº 13.964/2019. Antes da mudança legislativa, o crime era perseguível, sempre, mediante ação penal pública incondicionada. Hodiernamente, a ação penal é pública condicionada à representação do ofendido, salvo nas hipóteses definidas no art. 171, §5º, do Código Penal, em que a ação penal continua a ser pública incondicionada.

1.00

Esclarecer que a mudança promovida na ação penal do crime de estelionato tem natureza benéfica ao acusado. Isto porque exsurge uma nova causa de extinção de punibilidade aplicável à infração penal, qual seja, a decadência, nos casos em que não há o oferecimento de representação no prazo de 06 meses, contado do dia em que a vítima ou seu representante legal toma conhecimento de quem é o autor do crime, na forma do Art. 38 do CPP e do Art. 107, IV, do Código Penal). Com efeito, a norma deve retroagir, na forma do Art. 5º, XL, da Constituição da República de 1988.

3.50

Tratar do posicionamento do STJ sobre os limites de retroatividade do Pacote Anticrime, no ponto que alterou a natureza da ação penal no crime de estelionato. A Terceira Seção do STJ, no HC no 610.201, consolidou o entendimento das turmas criminais do Superior Tribunal de Justiça ao definir que a exigência de representação da vítima como pré-requisito para a ação penal por estelionato – introduzida pelo Pacote Anticrime – não pode ser aplicada retroativamente para beneficiar o réu nos processos que já estavam em curso. Em outros termos, só há falar em exigência de representação se, no momento da entrada em vigor da nova lei, não havia denúncia oferecida.

2.00

Tratar do posicionamento do STF (1ª Turma) sobre os limites de retroatividade do Pacote Anticrime, no ponto que alterou a natureza da ação penal no crime de estelionato. A 1ª Turma do Excelso Pretório, no AgRg no HC no 215.010, decidiu que a inovação trazida à baila pela Lei 13.964/2019, que alterou a natureza da ação penal para pública condicionada à representação, é norma penal de caráter mais favorável ao réu e, nos termos do art. 5º, inciso XL, da Constituição Federal, deve ser aplicada de forma retroativa a atingir tanto investigações criminais quanto ações penais em curso até o trânsito em julgado.

2.00

Contextualizar a discussão com o caso concreto apresentado. Verifica-se que, no caso concreto, o juiz seguiu o entendimento do STJ, ao afastar a tese defensiva, dando continuidade à relação processual. Se o juiz adotasse a inteligência do STF, seria necessário que este determinasse a suspensão do processo, fixando prazo para a vítima apresentar representação. Não observado o prazo delimitado em juízo, restaria caracterizada a decadência e, por conseguinte, a extinção de punibilidade, nos termos do art. 107, IV, do Código Penal.

1.50

Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.

1.00

##### Nota da Questão 01

15

##### Questão 02

Não comparecimento da parte na audiência configura ato atentatório à dignidade da justiça e sancionado com multa de até 2 % da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

3.00

A audiência de conciliação é dispensada quando ambas as partes manifestam, expressamente, desinteresse na composição/quando não se admite autocomposição.

3.00

Não acolhimento da preliminar de falta de interesse de agir. Para o não acolhimento da preliminar, para a explicação que é do interesse de agir e seus elementos (necessidade, utilidade e adequação), e para dizer que na verdade a questão é de mérito.

3.00



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE – TJRN**

**EDITAL Nº 2/2023**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO QUADRO DE PESSOAL DO TJRN, E CADASTRO DE RESERVA.

**ESPELHOS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS**

**FGV CONHECIMENTO**

|  |           |
|--|-----------|
| Não recebimento da reconvenção. Que a apresentação de petição autônoma de contestação levaria a caracterização de preclusão consumativa e da reconvenção. Para a menção que a reconvenção é um capítulo da contestação.                                  | 2.25      |
| Incorreção na fixação das verbas honorárias. Para a menção de erro na fixação dos honorários advocatícios; Para a menção que eles deveriam ter sido fixados a partir dos valores recomendados pelo Conselho Seccional da OAB (Art. 85, §8º - A, do CPC). | 3.00      |
| Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem , fluência e coerência da exposição.   | 0.75      |
| <b>Nota da Questão 02</b>  | <b>15</b> |